

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO  
DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**Processo 5730/2014-e  
35793/2008**

**LOGGAM – Logística e Gestão de Atendimento Móvel**, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio dos advogados subscritores, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento no **art. 5º, inciso XXIV, alínea “a” da Constituição Federal**, apresentar a presente

**PETIÇÃO VISANDO A VALIDAÇÃO DE SITUAÇÃO PRESCRICIONAL**

tendo em vista os fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos, com os quais pretende demonstrar, sobremaneira, a ocorrência tanto da prescrição intercorrente (trienal) quanto da quinquenal operadas em seu favor, com fundamento a Lei Federal nº 9.873/99, adotada expressamente no âmbito dessa Corte, nos termos da Decisão Normativa nº 05/2021–TCDF, e por fim, com fulcro **no Tema 899 firmado pela Suprema Corte** e seus desdobramentos acolhidos pela **Resolução nº 344/2022 do Egrégio Tribunal de Contas da União** — cujos normativos em matéria de controle externo são modelo de simetria para os Tribunais de Contas dos Estados, DF e Municípios.

1) Embora a Peticionária tenha ofertado sua defesa em tempo oportuno, a Constituição Federal assegura-lhe o **inviolável direito de petição** perante essa Egrégia Corte de Contas, **para defesa de seus direitos e contra ilegalidade ou abuso de poder (art. 5º, inciso XXIV, alínea “a”)**.



2) Tal ilegalidade se evidencia diante da citação levada a efeito por essa Corte, que deu prosseguimento a processo **manifestamente prescrito**, tanto em razão da fluência do lapso prescricional de três anos justificador da prescrição intercorrente (pelo fato de o processo restar inerte e sem julgamento), quanto pelo fluxo lapso da prescrição intercorrente (ocorrida a partir da interrupção do prazo prescricional pela notificação da peticionária) — restando ambas situações amparadas pela Lei Federal nº 9.873/99 e por decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, após a fixação do Tema Relevante 899.

**1. O Tema Relevante 899 do STF e suas repercussões para os Tribunais de Contas. A Lei Federal nº 9.873/99 como lei de regência dos prazos prescricionais das pretensões punitivas e ressarcitórias.**

3) Assistiu-se no âmbito da Suprema Corte a evolução jurisprudencial da temática relativa à prescritibilidade das pretensões punitivas e ressarcitórias dos Tribunais de Contas, seguindo o seguinte itinerário:

- (a) Num primeiro passo, no julgamento do RE 660.069, Relator o Ministro Teori Zavascki, DJe 28.4.2016), o plenário STF firmou o Tema de Repercussão Geral nº 666 que pugnava pela “imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados ao erário, ainda que o prejuízo não decorra de ato de improbidade administrativa.”
- (b) Num segundo momento, o mesmo Plenário assentou, no julgamento do RE nº 852.475 (relator o Ministro Alexandre de Moraes, Redator do Acórdão o Ministro Edson Fachin, DJe 25.2.2019), o Tema nº 897 e a tese firmada foi a de que “são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.”
- (c) Por fim, no julgamento do RE 636.886 (relator o Ministro Alexandre de Moraes, DJe 24.6.2020), o Plenário do Supremo fixou o Tema nº 899 e estabilizou a tese de ser “**prescritível a**



***pretensão de ressarcimento ao erário fundado em decisão do Tribunal de Contas.”***

4) Nos termos do acórdão publicado no DJe, no julgamento e exarado no referido RE 636.886, prevaleceu a tese esposada pelo voto do eminente Relator, no sentido da aplicabilidade do prazo prescricional de cinco anos previsto na Lei de Execuções Fiscais nº 6.830/80 para a exigibilidade de título extrajudicial consubstanciado em decisões finais proferidas pelo Tribunal de Contas da União.

5) A questão da prescritibilidade das pretensões punitivas e ressarcitórias do TCU veio novamente à tona em julgados posteriores à fixação do Tema 899.

6) Dentre os julgados assentados pelo Egrégio STF desde o assentamento do Tema 899, cabe destacar a decisão monocrática preferida pela eminente Ministra Cármen Lúcia no Mandado de Segurança nº 38.288/DF (publicada no DJe de 27.4.2022), que concedeu a segurança pleiteada contra ato coator do Tribunal de Contas da União, consubstanciado em acórdãos que não reconheciam a ocorrência de prescrição quinquenal da pretensão punitiva contra jurisdicionado.

7) Vale transcrever o seguinte trecho da v. decisão concessiva do citado *writ*, por ser bastante elucidador à questão tratada na presente petição. Assim decidiu a Ministra Cármen Lúcia:

“10. Embora a apreciação do Tema n. 899 tenha se limitado a assentar a prescrição quinquenal, nos termos da Lei n. 6.830/1980, a partir da formação definitiva do título executivo, que é a decisão final do Tribunal de Contas, **aspectos referentes à prescrição intercorrente na formação do débito também foram objeto de manifestação no voto do Ministro Gilmar Mendes, no mesmo sentido da jurisprudência prevalecente neste Supremo Tribunal.**

O Ministro Gilmar Mendes explicitou os marcos interruptivos da prescrição quinquenal, **decorrentes da interpretação sistemática da legislação infraconstitucional sobre o exercício de ação punitiva**



pela Administração Pública federal (Lei n. 9.873/1999), da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (Lei n. 8.443/1992), da Lei sobre Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992), incluída a Lei de Execuções Fiscais (Lei n. 6.830/1980).

Na linha da jurisprudência, concluiu pela: a) prescrição quinquenal entre a data da prestação de contas (voluntária) e o início da fase preliminar da tomada de contas, definido pela decisão pela qual se determina a citação ou a notificação do interessado ou responsável (art. 1º da Lei n. 9.873/1999 c/c inc. III do art. 23 da Lei n. 8.429/1992); b) interrupção da prescrição: b.1) **pela decisão pela qual se determina a citação ou notificação do interessado ou responsável e por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato;** b.2) pela decisão condenatória recorrível e por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória na Administração Pública federal (interpretação sistemática do art. 10 da Lei n. 8.443/1992 c/c art. 2º da Lei n. 9.873/1999, conforme o voto do Ministro Gilmar Mendes no julgamento do Recurso Extraordinário n. 636.886-RG, Plenário, DJe 24.6.2020).

**Este Supremo Tribunal firmou entendimento de que os prazos prescricionais das pretensões punitiva e de ressarcimento do erário, nos órgãos de controle, são regidos pela Lei n. 9.873/1999. Nesse sentido, os recentes julgados da Primeira Turma deste Supremo Tribunal:**

*“Direito Administrativo. Mandado de Segurança. Decadência. Prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). Inocorrência. 1. Mandado de segurança impetrado por associação beneficente de direito privado condenada a ressarcir danos causados à União por irregularidades no uso de verbas federais. 2. No julgamento do Recurso Extraordinário 636.886 (Tema 899 da repercussão geral), em 20.04.2020, o Plenário do Supremo Tribunal Federal definiu que a hipótese excepcional de imprescritibilidade prevista no art. 37, § 5º, da Constituição não se caracteriza em caso de pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão do*



Tribunal de Contas, porque a condição de que haja ato doloso de improbidade administrativa, assim reconhecido por juízo competente, não se faz presente. Não foi realizada modulação dos efeitos temporais dessa decisão, de modo que não cabe afastar a aplicação da tese ao presente caso. Precedentes. 3. **A prescrição da pretensão punitiva do TCU é regulada integralmente pela Lei nº 9.873/1999**, que fixa o prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da prática do ato. Embora se trate, aqui, de pretensão de ressarcimento ao erário, e não de imposição de sanções, entendo que a referida lei representa a regulamentação mais adequada a ser aplicada por analogia. No caso concreto, ocorreram diversos fatos interruptivos do lapso prescricional, que impedem o seu reconhecimento. 4. O reconhecimento da ocorrência de prescrição pressupõe a identificação de período de inércia, imputável ao órgão processante, que seja superior ao prazo prescricional assinado em lei. No caso presente, o relatório final da tomada de contas no Ministério do Trabalho e Emprego foi proferido em 10.04.2013, menos de 5 (cinco) anos depois da apresentação de defesa administrativa, o que ocorreu em 16.05.2008. Desse modo, não constato a ocorrência de prescrição. 5. Também não observo a ocorrência de prescrição intercorrente, na forma do art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.873/1999, em razão da ausência nos autos de cópia integral do processo de tomada de contas especial. Pelos documentos juntados pela impetrante, não é possível afirmar que, entre 2008 e 2013, o processo administrativo tenha permanecido paralisado, sem nenhum despacho por mais de 3 (três) anos. 6. Segurança denegada, prejudicado o Agravo Interno” (MS 36780, Relator o Ministro Marco Aurélio, Relator para o Acórdão o Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 23.2.2022).

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA LEI 9873/1999 AO CASO. PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. OCORRÊNCIA DE CAUSA



*INTERRUPTIVA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. SEGURANÇA DENEGADA. 1. Aplica-se a Lei 9873/1999 aos casos analisados pelo Tribunal de Contas da União no que se refere à prescrição e aos seus marcos interruptivos. Precedentes de ambas as Turmas. 2. No caso concreto, está evidenciada a ocorrência de atos inequívocos que importaram na apuração dos fatos, suficientes para interromper a alegada prescrição, na forma do art. 2º, II, da Lei 9873/1999. 3. Sendo inexistente o direito líquido e certo alegado pela parte e, conseqüentemente, não havendo qualquer comprovação de ilegalidade flagrante, é inviável a presente ação mandamental. 4. Mandado de Segurança denegado”. (MS 35971, Relator o Ministro Marco Aurélio, Relator para o Acórdão o Ministro Alexandre de Moraes, Primeira Turma, DJe DIVULG 12.11.2021).” (negritos não originais e itálicos originais)*

8) No que tange ao Mandado de Segurança que gerou o importante precedente acima firmado, cabe registrar que a União interpôs Agravo Regimental contra a decisão monocrática concessiva do *mandamus*, o qual restou improvido em acórdão da Egrégia 1ª Turma (publicado no DJe de 09.8.2022).

**2. A vinculação do TCDF ao modelo federal de controle externo. Precedente convalidado pela ADI 5509-CE. O normativo do TCU sobre prescrição das pretensões punitivas e ressarcitórias como paradigma obrigatório a essa Corte.**

9) Dentre os precedentes firmados pelo Excelso Pretório após a fixação do Tema 899, merece especial destaque a **ADI 5509-CE**, relatada pelo Ministro Edson Fachin, na qual o STF decidiu pela inconstitucionalidade de lei estadual que fixara como termo inicial para o prazo da prescrição das pretensões punitivas do tribunal de contas estadual **a data do fato**.





10) O acórdão prolatado na citada ADI (em data anterior ao MS citado no item anterior), a par de convalidar da aplicação conjugada da Lei nº 9.873/99, com a Lei nº 8.443/92 e entendimento fixado pelo STF quando do julgamento do RE 636.553, consignou dois importantes marcos decisórios na evolução da jurisprudência na matéria, a saber:

- (a) O termo inicial da prescrição da pretensão ressarcitória não corre a partir da data do fato, mas sim com o vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas **ou, não havendo o dever de prestar contas, a partir do conhecimento do fato pelo TCU;**
- (b) o *princípio da simetria*, previsto no art. 75 da Constituição Federal “segundo o qual se aplica, no que couber aos demais Tribunais de Contas o modelo federal estabelecido pela Constituição Federal para o TCU”, **incide também em relação à prescrição, de modo que a prescrição nos demais Tribunais de Contas deve seguir o modelo federal sobre o assunto.**

11) É preciso esclarecer que o julgamento do RE 636.553 referido acima (do qual foi relator o Ministro Gilmar Mendes), ensejou a fixação da seguinte tese de repercussão geral pelo STF: *“Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas”* (itálico original).

12) Para maior clareza da questão do início da contagem do prazo prescricional, pede-se vênia para se reproduzir o seguinte trecho do voto do eminente relator da ADI 5509, Ministro Edson Fachin:

“Por isso, não se afigura razoável que o termo inicial para a fluência do lapso temporal dependa de providência que não esteja sob responsabilidade ou atribuição própria da Corte de Contas, sob pena



de se premiar não apenas a conduta do gestor causador do dano, mas também a da autoridade supervisora desidiosa. É preciso, porém, diferenciar as situações em que a demora para a chegada da notificação é gerada: a omissão na prestação de contas por quem é obrigado a prestá-las, a desídia injustificável para o envio do procedimento preliminar ao controle interno e, finalmente, os casos em que as informações sobre o dano ou irregularidade são levadas diretamente ao Tribunal de Contas, como no caso de denúncias ou representações, ou nas auditorias e inspeções [...]

Finalmente, **deve-se contar o prazo prescricional a partir da data do conhecimento da irregularidade nos casos em que, por iniciativa própria, o Tribunal realiza auditorias ou inspeções, assim como nos casos em que a ele são diretamente levadas as informações necessárias para a instauração de tomada de contas especial.**

Ressalto que essa compreensão é consentânea com a que propôs o e. Min. Gilmar Mendes no voto vogal proferido quando do julgamento do RE 636.886, já referido nesta manifestação” (voto Ministro Relator da ADI 5509-CE, DJe de 26.5.2020).

13) A segunda questão firmada no bojo daquela ADI é primordial para o presente processo, pois cuida da observância da base constitucional do modelo de simetria para os tribunais de contas previsto no art. 75 da Carta Magna.

14) Ao interpretar esse dispositivo, o Supremo Tribunal Federal tem assentado que ser “obrigatória a adoção, pelos Estados, do modelo federal de organização do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público que perante ele atua. Aplicação do princípio da simetria” (ADI 3.307, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJe 29.05.2009). Isso significa, por exemplo, que os Tribunais de Contas dos Estados devem adotar as mesmas regras de competência (ADI 3.077, Rel. Ministra Cármen Lúcia, DJe 01.08.2017); de iniciativa legislativa (ADI 4.643, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 03.06.2019); de execução de seus julgados (RE 223.037, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 02.08.2002).





15) Mais recentemente, quando se julgou questão da competência da Corte de Contas de um Estado para homologação das cotas do ICMS, o Plenário do STF rechaçou o argumento de violação do princípio da simetria, considerando que, no modelo federal (art. 161, par. único, da CRFB), havia previsão análoga para o Tribunal de Contas da União (ADI 825, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe 27.06.2019).

16) No entanto, como esclareceu o Ministro Edson Fachin no voto proferido na ADI 5509-CE: “Embora a inconstitucionalidade tenha sido declarada por outra razão (violação da separação de poderes), o precedente ratifica a jurisprudência desta Corte, no sentido de reconhecer a vinculação dos Estados ao modelo federal, desde que haja previsão constitucional para tanto. **À minguia de regra expressa para o modelo federal, tem os Estados competência para suplementar o modelo constitucional de controle externo.**” (destaque não original).

17) No fluir de seu luminar voto, e a partir das considerações a propósito do princípio da simetria, o Ministro Fachin pronuncia-se, com absoluta clareza, sobre importantes questões referentes à discussão específica relativa à prescrição. Transcrevem-se a seguir alguns trechos bastante elucidadores da discussão — que é o cerne da petição ora apresentada. Assim votou Sua Excelência:

“Estabeleceu-se, assim, que o prazo inicial para a contagem do lapso prescricional era a ciência inequívoca pela Corte de Contas, o que se daria, no entendimento da maioria e do qual divergi pontualmente, com a chegada do processo ao órgão de controle externo.

**Com fundamento nesses precedentes, é possível, portanto, sintetizar a orientação aplicável para a fixação e a contagem dos prazos prescricionais das ações de competência do Tribunal de Contas.**

**A atividade de controle externo equipara-se, para fins de contagem do prazo prescricional, ao poder de polícia do Estado e, como tal, nos termos do art. 1º da Lei 9.873, de 1999, “Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal,**



**direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado”.**

Pela mesma razão, **incidem as causas legais de interrupção da prescrição, conforme previsão constante do art. 2º da referida Lei:**

“Art. 2º Interrompe-se a prescrição da ação punitiva:

**I – pela notificação ou citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital;**

**II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;**

**III - pela decisão condenatória recorrível.**

**IV – por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.”**

(negritos não originais).

18) O Plenário Tribunal de Contas da União, atento ao cumprimento das reiteradas decisões prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, por meio Acórdão nº 2285/2022 (prolatado em 11.10.2022), aprovou o projeto de resolução que disciplina o tema da prescrição da pretensão ressarcitória e da prescrição da pretensão punitiva no âmbito do controle externo, no qual foi Relator o Ministro Antônio Anastasia.

19) Com efeito, esse projeto resultou na **RESOLUÇÃO-TCU nº 344**, de 11.10.2022 (publicado no BTCU, Deliberação dos Colegiados e dos Relatores nº 198, de 21.10.2022), que efetivamente regulamentou no âmbito daquela Corte a prescrição para exercício das pretensões punitivas e ressarcitórias. E ao fazê-lo, *considerada* a citada resolução, fundamentou-se tanto nas decisões proferidas no RE 636.886 (tema 899 da Repercussão Geral), como na ADI 5509-CE.

20) Prontamente, no seu art. 1º, a citada Resolução do TCU remete-se, de forma expressa, **à observância do disposto na Lei nº 8.973/99, “na forma aplicada pelo Supremo Tribunal Federal, em especial a Ação**



***direta de Inconstitucionalidade 5509, e regulamentada por esta resolução.***”  
(grifou-se).

21) Não cabe aqui destrinchar os dispositivos da citada resolução. No entanto, cabe dar destaque às seguintes situações pontuais nela regulamentadas:

(i) **Reiterou, no art. 2º, a prescrição quinquenal das pretensões punitiva e de ressarcimento, contados a partir dos termos iniciais indicados no art. 4º da mesma resolução;**

(ii) Referido art. 4º fixou em cinco incisos os termos iniciais para a contagem do prazo prescricional, de forma consentânea com as deliberações do Supremo Tribunal Federal na citada ADI, cabendo destacar o caso do inciso IV, quando a contagem do prazo **dar-se-á a partir da data do conhecimento da irregularidade ou do dano pela fiscalização, pelos órgãos de controle interno ou pelo próprio órgão ou entidade da administração onde ocorrer a irregularidade;**

(iii) O art. 5º fixou as causas interruptivas da prescrição, cabendo dar destaque aos casos contemplados no inciso I (“pela notificação, oitiva, citação ou audiência do responsável, inclusive por edital”) e inciso II (“por qualquer ato inequívoco de apuração do fato”).

(iv) O art. 7º cuidou das causas que impedem ou suspendem a prescrição;

(v) Por fim, cabe evidenciar que o art. 8º da citada resolução **acolheu integralmente a prescrição intercorrente contida no art. 1º, § 1º da Lei 9.873/99**, repetindo o dispositivo legal que verbera: ***“Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado há mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.”*** (itálicos não originais)



22) Indene de dúvidas que essa Colenda Corte de Contas agiu de forma pioneira ao regulamentar a questão da prescrição quinquenal das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário, por meio da **Decisão Normativa nº 01/2021**, aprovada pela **Decisão nº 4820/2021**, por unanimidade dos membros desse TCDF.

23) No entanto, tal Decisão Normativa padece de uma grave omissão no que tange à observância do modelo de simetria determinado pela referida ADI 5509, tendo em vista a regulamentação da matéria pelo TCU: muito embora esse Tribunal de Contas tenha “adotado” a Lei Federal nº 8.973/99, não o fez de forma integral **quando deixou de regulamentar, na citada Decisão Normativa, a prescrição intercorrente contida no art. 1º, § 1º da Lei 9.873/99**, deixando por isto de observar o princípio da simetria contida no art. 75 da Constituição Federal e explicitado concretamente no julgamento da ADI 5509, conforme se demonstrou acima.

24) Assim sendo, independente de nova regulamentação da matéria por parte dessa Corte de Contas, a aplicação incondicional da Lei nº 8.973/99 no caso concreto e em outros é inarredável, sob pena de negar-se cumprimento ao Tema 899 e, sobretudo, ao acórdão prolatado na ADI 5509, que cuida de “julgamento em ação direta de inconstitucionalidade, ou seja, de controle abstrato, cuja decisão é erga omnes e vinculante a todos os Tribunais de Contas do Brasil e não apenas para o TCU” — conforme consta do voto do Ministro Antonio Anastasia prolatado no mencionado Acórdão 2285/2022-TCU-Plenário.

25) A não admissão dessa hipótese configura ilegalidade flagrante cometida por essa Corte contra a Peticionária, ao dar prosseguimento a processo atingido em cheio tanto pela prescrição intercorrente trienal quanto pela prescrição quinquenal, conforme se passa a comprovar.

### **3. A inegável ocorrência da prescrição intercorrente trienal e da prescrição quinquenal no caso vertente**

26) As duas primeiras situações de prescricionais a serem consideradas no caso concreto decorrem do fato de que, quando o Tribunal



requerido prolatou a **Decisão nº 6332/2013, de 12.12.2013**, ocorreu a interrupção do lapso prescricional cujo lapso inicial teria ocorrido em 9.5.2011, com a rescisão do Contrato nº 19/2008 — cujas supostas irregularidades geraram os Processos nº 35792/2008 e 5730/2014. **Assim, por força do art. 2º, inciso II da Lei nº 9.873/99 (art. 2º, inciso II da Decisão Normativa nº 5/2021), a partir da publicação da citada Decisão 6332/2013 no DODF, pág. 17, em 20.1.2014** reiniciou-se a contagem de novo prazo prescricional, o qual se esvaiu:

- (a) Em 20 de janeiro de 2017, por força do art. 1º, § 1º da Lei nº 9.873/99, operando-se a prescrição intercorrente trienal, porquanto o processo ficou paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento.
- (b) Não bastasse a nitidez dessa situação prescricional, em 20 de janeiro de 2019, por força art. 1º da Lei 9.873/99, processando-se a prescrição quinquenal das pretensões punitivas e de ressarcimento do Erário no âmbito dessa Corte de Contas nos dois processos em que a Peticionária é indicada como responsável por supostos prejuízos ao patrimônio público.

27) Explica-se melhor: na referida **Decisão nº 6332/2013** o Tribunal requerido, dentre outras deliberações, determinou de maneira clara: (a) audiência do então Chefe da Unidade da Administração Geral da antiga SEDEST/DF, para que no prazo de 30 dias, apresentasse razões e justificativas quanto às irregularidades apontadas na **Decisão nº 8002/2009** (referentes à ausência de estudos técnicos sobre a vantajosidade da locação da unidade móvel e não detalhamento dos custos unitários dos serviços – DOC. 20); (b) a então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF – STC/DF, adotasse providências imediatas para instauração de tomada de contas especial com os objetivo de apurar fatos, identificar os responsáveis e quantificar o possível dano ao erário decorrente da execução do contrato nº 19/2008.



28) Ora, por força do art. 2º, inciso II, da Decisão Normativa nº 05/21 – TCDF, o prazo prescricional de cinco anos interrompe-se “**por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal**” (grifou-se). Tal dispositivo coincide com o preceito contido no art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 8.973/99, segundo o qual interrompe-se a prescrição da ação punitiva “**por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato.**” (grifou-se). E, por fim, **tais normativos estão consentâneos com a orientação jurisprudencial consagrada pelo Supremo da ADI 5509.**

29) É absolutamente inquestionável que a citada Decisão nº **6332/2013 configurou um ato inequívoco que importou a apuração do fato**, não só por ter determinado a audiência do então Chefe da Unidade da Administração Geral da antiga SEDEST/DF, para que no prazo de 30 dias, apresentasse razões e justificativas referentes a supostas irregularidades no Contrato nº 19/2008, como também por ter, expressamente, determinado à Secretaria competente que adotasse as providências imediatas para instauração de tomada de contas especial com o objetivo de apurar fatos, identificar os responsáveis e quantificar o possível dano ao erário decorrente da execução do contrato nº 19/2008.

30) Poder-se-ia argumentar que simples publicação da referida Decisão no Diário Oficial não seria bastante para comprovar a ciência por parte dos envolvidos na questão das determinações contidas na **Decisão 6332/2013**. No entanto, é preciso assinalar que a empresa ora Autora **tomou ciência integral do processo em 15.4.2014 (DOC. 06), na oportunidade em que requereu e obteve cópia do mesmo.**

31) Se — apenas por amor à argumentação — fosse admitido que a interrupção da prescrição com base no art. 2º, inciso II da Decisão Normativa 5/21-TCDF exigisse a expressa ciência dos envolvidos no fato no que tange à determinação de apurar as supostas irregularidades, ainda assim, restaria prescrita a pretensão punitiva do Tribunal requerido. **Uma vez tendo a Autora ingressado no processo 35793/2008 em 15.4.2014 por seu advogado substabelecido, a interrupção teria acontecido nesta data; e, a partir de**





então, novo lapso prescricional teria ocorrido, tendo a prescrição da pretensão punitiva do TCDF ocorrido fatalmente em 15.4.2017 (no caso da prescrição intercorrente) e em 15.4.2019 (no caso da prescrição quinquenal).

32) Há, portanto, sobejas razões para afirmar que, com base no art. 2º, inciso II da multicitada Decisão Normativa nº 05/2021, combinado com o art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 9.873/99 (adotada expressamente no âmbito do Tribunal), a interrupção da prescrição — quer a partir da publicação da Decisão nº 6332/2013 do DODF, quer a partir da ciência da Autora quando ingressou formalmente nos autos do processo 35792/2008 — ocorreu de forma inconteste. E, a contagem de novo prazo de prescrição quinquenal a partir dos dois marcos temporais, convergem para a conclusão de que a prescrição ocorreu de forma incontroversa.

33) Esta situação prescritiva foi solenemente ignorada pelo Tribunal requerido, muito embora se trate de matéria de ordem pública sobre a qual os seus órgãos de controle deveriam se manifestar independentemente de provocação.

#### 4. O precedente da Decisão nº 1841/2022, de 11.5.2022

34) Essa colenda Corte de Contas tem reconhecido situações prescricionais quinquenais em processos de grande envergadura. Em primeiro lugar, reporta-se a Peticionária ao seguinte julgado desse colendo Tribunal, proferido em 11.5.2022, no processo nº 22264/2005-e, que se acha assim ementado:

##### **“DECISÃO Nº 1841/2022**

**O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator,** decidiu: I – tomar conhecimento da Informação nº 04/2022-SESPE e Parecer nº 304/2022-G1P/DA; II – reconhecer, nos termos da Decisão Normativa nº 05/2021, a prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento no que se refere à tomada de contas especial em exame; III – dar conhecimento desta decisão aos responsáveis citados



nos autos; IV – autorizar o retorno dos autos à SESPE, para as providências pertinentes e arquivo.”

35) Tratava-se de processo de tomada de contas especial para apurar possíveis prejuízos advindos do Contrato nº 514/02, firmado entre a NOVACAP e a empresa VIA ENGENHARIA, cujo objeto era a construção do edifício-sede da CLDF.

36) Pede-se vênia para transcrever o seguinte trecho do luminar voto do Conselheiro Manoel de Andrade Neto, que se reporta à informação proferida pela unidade técnica, a qual reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento na forma da Decisão Normativa 05/2021.

“A Unidade Técnica, por meio da Informação nº 04/2022-SESPE (peça 127), **ao examinar a repercussão da Decisão Normativa nº 05/2021 nos presentes autos, expõe o entendimento segundo o qual se operou a prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento relativa ao caso desta TCE.** Nesse sentido, finaliza a instrução sugerindo ao Plenário:

- I - tomar conhecimento da presente Informação;
- II - reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão de ressarcimento da Corte, conforme quadro a seguir: (*omissis*)
- III - dar conhecimento da decisão que vier a ser prolatada aos responsáveis listados no quadro do inciso II e ao jurisdicionado;
- IV - autorizar o posterior arquivamento dos autos.” (grifou-se)

37) Alude, também, a ora Requerente ao Parecer do douto Ministério Público junto ao TCDF que entendeu que também estavam prescritas as pretensões punitivas e de ressarcimento deduzidas naquela Tomada de Contas Especial. O douto órgão ministerial entendeu que deveria haver interrupção do prazo prescricional, a partir da data da publicação da Decisão nº 2880/2013, incidindo na hipótese o art. 2º, inciso II da DN 5/2021.

38) Tal tese, entretanto, restou vencida dentro do próprio MPjTCDF que assim entendeu em seu douto parecer:



*“21. Todavia, a despeito deste órgão ministerial apreender que a mencionada deliberação fora motivada pela imprescindibilidade de documentos para o exame da matéria e que, portanto, atrairia a aplicação do art. 2º, I, da DN 5/2021 (interrupção do prazo prescricional), por importar ato tendente a promover a apuração dos fatos, a publicação da mencionada deliberação ocorreu em 15.7.2013, quando a matéria já estava prescrita.*

*22. À vista, disso, como transcorreram mais de 5 anos entre a conversão dos autos em tomada de contas especial – descontadas as prorrogações de prazo concedidas – e a publicação da Decisão 2880/2013, há de se reconhecer que o prazo fatal fora, de fato, suplantado.*

*23. Assim, todos os atos posteriores ocorreram quando a pretensão punitiva e ressarcitória no âmbito do Tribunal já havia sido fulminada pela prescrição.*

*24. Diante do exposto, este representante do Parquet especializado acolhe as sugestões expendidas pela Unidade Técnica, sem embargo de ressaltar o entendimento ministerial, acima delineado, no que se refere aos marcos temporais, podendo o Plenário, por conseguinte, reconhecer a prescrição relativa às pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário.”*  
(grifou-se)

39) Advirta-se para o fato de que a matéria da prescrição quinquenal no precedente acima citado foi suscitada de ofício tanto no âmbito da Unidade Técnica quanto no âmbito do douto MPJTCD. Saliente-se, ainda, que consoante as análises constantes da NOTA TÉCNICA Nº 7/2017-NFO “os prejuízos levantados nos Achados 2 e 3 da Auditoria, que somavam **R\$ 4.816.451,05** e deram origem [àquela] TCE, foram confirmados e até superados pela totalização dos montantes de superfaturamento detectados para itens de armação, concreto e formas obtidos na presente análise, de **R\$ 7.002.456,06** .”

## **5. O precedente da Decisão nº 3030/2022, de 27.07.2022**

40) Essa Egrégia Corte proferiu a d. **Decisão nº 3030**, nos autos do Processo nº 20924/2013-e, relatado, em caráter substitutivo, pelo ilustre Conselheiro André Clemente, que se acha assim ementada:



## “DECISÃO Nº 3030/2022

**O Tribunal, por unanimidade**, de acordo com o voto do Relator Substituto, Conselheiro ANDRÉ CLEMENTE, atuando em substituição à Conselheira ANILCÉIA MACHADO, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação nº 23/22 – SESPE; II – **reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento da Corte, no âmbito dos autos em exame**; III – **autorizar o arquivamento do feito.**” (grifos não originais)

41) O voto-relatório do eminente Conselheiro-Relator é bastante sintético e claro, e, por esse motivo, pede vênia o peticionário para transcrevê-lo em sua integralidade:

### “RELATÓRIO/VOTO

Versam os autos sobre o Edital de Concorrência nº 22/13 – Ascal/Pres, para execução de serviços de conservação e manutenção de vias urbanas no Distrito Federal, dividido em 16 lotes e estimado em R\$ 298.153.846,98.

Ressalto, preliminarmente, que atuo nos presentes autos em substituição, consoante o disposto na Lei nº 13.094/15, na Resolução TCDF nº 351/21 e na Portaria TCDF nº 60/22.

**A Unidade Técnica informa que, em face da Decisão Normativa nº 05/21, verificou-se a prescrição das pretensões punitiva e/ou de ressarcimento tratadas nos presentes autos e sugeriu ao Plenário reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e/ou de ressarcimento da Corte.**

**O MPJTCDF converge com o Corpo Técnico, nos termos que seguem, em síntese:**

7. Pela Nota Técnica nº 4/2016 – CGDF (peça 179, p. 266-274), de 06/09/2016, a Controladoria-Geral do Distrito Federal encaminhou ao TCDF cópia do Relatório de Auditoria Especial nº 2/2015 – CGDF, apontando para sobrepreço e superfaturamento nas contratações da



Novacap. Assim, em 27/10/2016, o Tribunal comunicou ao Diretor Presidente da Novacap a realização de inspeção (peça 179, p. 278).

**8. Cumpre pontuar que os presentes autos foram instaurados em meio físico, em 2013. Decorridos cerca de 7 anos, conforme se extrai do Termo de Encerramento (peça 113), foram digitalizados em 2020, com 56 volumes e 16 mídias (peças 114 a 179).**

**9. Pela recente Informação nº 23/2022 – Sespe, de 18/05/2022, a unidade técnica avaliou que, em face da Decisão Normativa nº 05/2021, as pretensões punitivas e de ressarcimento tratadas nos autos estavam prescritas (peça 181, p. 1).**

10. Argumentou que o início da contagem do prazo prescricional se deu em 31/08/2014, momento em que foram verificadas irregularidades na execução dos serviços de recuperação de vias urbanas (peça 180, e-DOC 430D2E8F – Papel de trabalho – PT nº 1/2022 - Sespe).

**11. Ponderou a inexistência de causas interruptivas e suspensivas da contagem do prazo, o que ensejou a consumação da prescrição em 31/08/2019 (peça 181, p. 1). (...)**

Isto posto, opina em consonância com a unidade técnica e com fundamento na Decisão Normativa nº 05/2021, entendendo pela consumação do prazo prescricional em 31.08.2019, motivo pelo qual endossa as sugestões ofertadas pelo órgão instrutivo.

De fato, após compulsar os autos, as ponderações da Unidade Instrutiva e do Parquet não merecem ressalvas e, conjuntamente, demonstram a ocorrência da prescrição.

Assim, acolho as conclusões de mérito apontada nos pareceres e na linha da jurisprudência desta Casa. Nestes termos, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I - tome conhecimento da Informação nº 23/22 – SESPE;

**II - reconheça a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento da Corte, no âmbito destes autos;**



**III - autorize o arquivamento do presente feito.**

Sala das Sessões, 27 de julho de 2022.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA

Relator-Substituto” (destaques não originais)

42) Também no caso desse precedente, essa Egrégia Corte de Contas referendou *ex officio* — quer por meio da unidade técnica, quer por meio de parecer do douto MPJTCDF — outra situação clara de aplicação da DN 05/2021 que ensejava o reconhecimento da prescrição quinquenal e do respectivo arquivamento do feito.

43) Não é lícito haver um descompasso decisório entre a situação exposto no caso vertente e os precedentes acima colacionados, sob pena de causar extremo desconforto à situação jurídica do Peticionário, sobretudo quando se confronta o fato de que, no caso da Decisão 3030/2022, reconheceu-se, de ofício, a prescrição da pretensão punitiva que perfazia o valor (não atualizado) de R\$ **298.153.846,98**, sendo que, no caso da ora Embargante, o prejuízo imputado perfaz (supostamente) valor infinitamente menor, qual seja, **R\$ 3.427.458,40 (atualizado em 03.5.2022)**.

44) Qualquer outro entendimento que venha a ser adotado por essa Corte em sentido diverso do esposado nas citadas decisões feriria frontalmente o *princípio da igualdade processual entre as partes*.

**6. O precedente da Decisão nº 4309/2022, de 05.10.2022**

45) Por fim, e mais recentemente, essa Colenda Corte de Contas deliberou, por unanimidade, por meio da **Decisão nº 4209/2022**, exarada no Processo nº 9905/2005 (relativo a supostas irregularidades na órbita do Programa de Transporte Urbano, referentes aos anos de 2012 e 2013, em contratos de empréstimo firmado pelo Distrito Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), admitindo *ex officio* a prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento em relação aos citados contratos, como se pode ver do acórdão prolatado que se transcreve abaixo:





## “DECISÃO Nº 4309/2022

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator Substituto, Conselheiro RENATO RAINHA, atuando em substituição à Conselheira ANILCÉIA MACHADO, no que foi acompanhado pelo Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – **reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento em relação à matéria objeto dos autos**; II – dar conhecimento desta decisão à NOVACAP, ao DER/DF e à SEMOB/DF; III – **autorizar o arquivamento dos autos.**”

46) Em seu luminar voto, o Exmo Conselheiro-Relator Renato Rainha reporta-se a voto proferido por ele na Sessão Ordinária de 29.6.2022, em que referendou seu juízo na mesma linha defendida pelo Corpo Instrutivo e ratificada pelo Parquet especial. Pede-se licença para transcrever parte do voto do eminente Conselheiro-Relator, que, embora longo, é bastante elucidativo para a questão tratada nesta petição:

“Coloco-me, desde já, ao lado da proposta da instrução e do Ministério Público, pelo reconhecimento da prescrição em relação à matéria dos autos.

A questão é agora regulada pela Decisão Normativa TCDF nº 5/2021, editada após as recentes decisões do excelso STF que trataram diretamente da prescrição nos processos em curso nos tribunais de contas.

A decisão do Tribunal determina:

Art. 1º As pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário do Tribunal de Contas do Distrito Federal prescrevem em 5 (cinco) anos contados:

I – da data da prática do ato ou ocorrência do fato;

II – da data do conhecimento do fato pela Administração Pública do Distrito Federal, se desconhecida a data da prática do ato ou ocorrência do fato;

III – no caso de infração ou ato danoso permanente ou continuado, do dia em que tiver cessado;

IV – da data final para a prestação de contas, nas hipóteses de recursos repassados na forma de suprimento de fundos ou transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.



Os artigos 2º e 3º da decisão normativa remetem, respectivamente, aos casos de interrupção e suspensão do prazo de prescrição.

Certo é que os efeitos jurídicos da passagem do tempo estão sempre no sentido da estabilidade e previsibilidade do Direito. A prescrição tem esse viés, de busca de certeza nas relações jurídicas, destinada, assim, a evitar que se perpetue a insegurança.

Tendo esse princípio como norte, é evidente que o processo não pode mais permanecer inerte, especialmente diante da nova realidade impulsionada pelo STF, que pressionou os tribunais de contas a evoluir a tramitação de seus processos, de molde a se evitar a ocorrência da prescrição intercorrente que paralisaria o exercício de sua competência constitucional.

A auditoria de que tratam os autos não tem motivos para prosseguir, visto que sem o efeito didático do processo punitivo e sem a efetividade da busca do ressarcimento qualquer fiscalização perde inteiramente a sua força.

Por isso, nesse ponto, estou de acordo com a instrução e com o Ministério Público.

Quanto à fixação do termo inicial da prescrição, porém, entendo que sobrevieram fatos que devem ser considerados como interruptivos da prescrição.

A matéria dos autos decorre de atuações desta Corte ocorridas nos Processos nºs 36.111/13 e 28.130/12. No primeiro, constou relatório deste Tribunal como auditor independente onde foram identificadas falhas no Contrato de Empréstimo BID 1957/OC-BR, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Esse relatório tem data de 22.04.2014. Quanto ao Processo nº 28.130/12, a ação do controle externo **encerrou-se com a Decisão nº 4.306/14, de 02.09.2014, que determinou o arquivamento dos autos e encaminhou documentos ao Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – NFO para providências no contexto da Decisão nº 1.838/13.**

Assim, em última análise, **houve interrupção do prazo na data mais recente, 02.09.2014, o que, de qualquer forma, não impediu que prescrevesse o exame da matéria em 02.09.2019.**

Nesse sentido, o Ministro Alexandre de Moraes, ao relator o MS 35430 AgR/DF, assinalou que:



[...] o efeito interruptivo da prescrição decorrente da apuração do fato pela Administração Pública, descrito no art. 2º, II, da Lei 9873/1999, prescinde de notificação, cientificação ou citação dos investigados, ocorrendo tão somente com o desaparecimento da inércia do poder público para investigar um determinado fato. A integração subjetiva da apuração, após a identificação formal ou indiciária dos responsáveis, aferida a realidade do fato, é elemento que integra a regularidade da apuração e seus resultados, mas não a eficácia interruptiva da prescrição que exige, aqui, tão somente o atuar do órgão sancionador. Nesse sentido: MS 35.208-AgR (Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 15/12/2020). [...]” (grifos não originais)

47) Ressalta a Peticionária, que qualquer outro entendimento que venha a ser adotado por essa Corte no seu caso, em sentido diverso do esposado nas citadas decisões feriria frontalmente o *princípio da igualdade processual entre as partes*.

## 8. Pedidos finais

Isto posto, pede-se e espera o peticionário que Vossa Excelência conheça do presente requerimento, com base no art. **art. 5º, inciso XXIV, alínea “a” da Constituição Federal**, e considerando ser a prescrição matéria de ordem pública, passível de apreciação de ofício, independente de manifestação da parte, dignando-se de dar provimento aos seguintes pedidos de reconhecimento de situações prescricionais:

- a) Em função **Decisão nº 6332/2013, de 12.12.2013, ocorreu a interrupção do lapso prescricional cujo lapso inicial teria ocorrido em 9.5.2011, com a rescisão do Contrato nº 19/2008 — cujas supostas irregularidades geraram os Processos nº 35792/2008 e 5730/2014. Assim, por força do art. 2º, inciso II da Lei nº 9.873/99 (art. 2º, inciso II da Decisão Normativa nº 5/2021), a partir da publicação da citada Decisão 6332/2013 no DODF, pág. 17, em 20.1.2014 reiniciou-se a contagem de novo prazo prescricional, o qual se esvaiu:**



I.a) Em 20 de janeiro de 2017, por força do art. 1º, § 1º da Lei nº 9.873/99, operando-se a prescrição intercorrente trienal, porquanto o processo ficou paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento;

I.b) Não bastasse a nitidez dessa situação prescricional, em 20 de janeiro de 2019, por força art. 1º da Lei 9.873/99, transcorrendo a prescrição quinquenal das pretensões punitivas e de ressarcimento do Erário no âmbito dessa Corte de Contas nos dois processos em que a Peticionária é indicada como responsável por supostos prejuízos ao patrimônio público.

De forma subsidiária, a peticionária requer que, na hipótese — inadmissível à luz das decisões proferidas pelo STF — de não se reconhecer a situação prescricional contida no art. 1º, § 1º da Lei nº 9.873/99, seja-lhe plenamente validada a situação prescricional quinquenal, sob pena de manifesta ilegalidade passível de correção pela via judicial.

Brasília/DF, 19 de janeiro de 2023.

**CARLA BETINI DE OLIVEIRA**  
**OAB/DF 31.025**

